



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo por meio do qual a SECOP solicita a contratação de serviço de fornecimento de água mineral, sem gás, envasada em garrações de 20 (vinte) litros, com lacre de segurança personalizado pelo fabricante, sem avarias, devidamente aprovada pelo órgão de fiscalização e controle, mediante regime de comodato, com serviço de entrega nas unidades do TJAM.

Decisão GABPRES STJAUXP/TJ/JUIZ2 (SEI nº [1921899](#)) autorizando a realização da aquisição do objeto em análise por meio do sistema de dispensa eletrônica, encaminhando-se os autos à SECOP/DVCOP para o prosseguimento do feito, nos termos da Resolução n. 64/2023 - TJAM.

Realizados os procedimentos atinentes à dispensa de licitação eletrônica para o objeto em análise, a SECOP/DVCOP encaminhou os autos para demais atos de conclusão do processo de contratação direta. Adicionalmente, informou que, no sistema de compras, o processo de dispensa eletrônica encontra-se pendente de homologação/adjudicação, conforme informações constantes do documento de id. [1937559](#).

É o sucinto relatório, no seu essencial.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 37, inciso XXI, regulamentado atualmente pela Lei Federal nº 14.133/2021, a necessidade do processo licitatório para contratações feitas pelo Poder Público com terceiros.

Nesse contexto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam, a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

No caso em comento, conforme relatado no parecer técnico, o pleito *sub examine* amolda-se à hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras, atualizado pelo Decreto n. 11.317/2022, exatamente como ocorre no caso em comento.

Ademais, quanto à realização da dispensa na forma eletrônica, esta foi devidamente autorizada pela Presidência, nos termos do Art. 63 da Resolução n. 64/2023 - TJAM.

Ante o exposto, **autorizo** a contratação direta da empresa **T.H.S BEZERRA LTDA, CNPJ: 09.068.212/0001-85**, no valor total de **R\$ 30.042,72 (trinta mil, quarenta e dois reais e setenta e dois centavos)**, por dispensa de licitação, em razão do preço se enquadrar no limite estabelecido pelo art. 75, II da Lei nº 14.133/2021.

Frise-se que, no momento da celebração efetiva do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto ao Poder Público em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Imprescindível, também, a necessidade de se dar ampla publicidade às compras realizadas pela Administração Pública, nos moldes do art. 37, *caput*, da CF/88.

À **Secretaria de Compras e Operações, Secretaria de Expediente e Secretaria de Orçamento e Finanças** para providências de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

(assinado eletronicamente)

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**

Presidente TJ/AM



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 05/12/2024, às 14:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1938219** e o código CRC **CDF A3231**.

2024/000047093-00

1938219v2

Criado por [juliana.oliveira](#), versão 2 por [juliana.oliveira](#) em 05/12/2024 13:19:31.